



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Gerência de Qualidade do Ar**  
**Coordenação da CAP-PROCONVE**  
SEPN 505 Bloco B, 1º andar - sala T-20 - CEP: 70730-542  
TEL.: (61) 2028-2025 FAX (61) 2028-2252

## **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 414, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009**

### **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES – CAP/PROCONVE**

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAP**

Após a verificação do quorum necessário, foi iniciada às dez horas do dia seis de novembro de dois mil e treze, a oitava Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE, realizada no Ministério do Meio Ambiente, na sala 13 do Bloco B da SEPN 505, Asa Norte, na cidade de Brasília.

A lista dos representantes e dos demais participantes presentes se encontra em anexo.

A diretora do Departamento de Qualidade Ambiental, Letícia Reis de Carvalho, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e destacando a importância dos trabalhos desenvolvidos pela CAP. Posteriormente, fez um informe referente aos representantes da CAP da ANAMMA e do Ministério da Saúde, que, devido a alterações nestes órgãos não estariam presentes nesta reunião e que se faz necessária a verificação da necessidade de substituição destes representantes na Comissão. Em seguida, informou que o Ministério do Meio Ambiente passou recentemente por um corte orçamentário significativo que inviabilizou a realização da 8ª reunião da CAP na FENATRAM, conforme sugerido na última reunião. Informou também que esse corte resultou no adiamento da Oficina de Trabalho “Aperfeiçoamento de Instrumentos de Diagnóstico da Qualidade do Ar”, que seria realizada no 2º semestre de 2013. Outro assunto destacado pela diretora foi a criação pelo CONAMA do Grupo de Trabalho que discutirá a mudança nos padrões de qualidade do ar vigentes. Está previsto que esse GT tenha sua primeira reunião ainda esse ano. Em seguida, foi sinalizada a intenção de se fazer uma vídeo conferência para a finalização do 2º Inventário de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários 2012. Por fim, a diretora ressaltou que, apesar de ter sido confirmada a presença do Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Ney Maranhão, não foi possível sua participação pois o mesmo precisou substituir o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente em reunião

internacional.

Após a abertura da reunião, foi iniciada a pauta, sendo o primeiro item relacionado à Ata da 7ª Reunião Ordinária. A ata foi aprovada por unanimidade.

A reunião teve como segundo item os informes das seguintes instituições: CETESB, IBAMA, MME, ANP, CNI e ABRACICLO.

O primeiro informe foi dado pelo representante convidado da CETESB, Rui de Abrantes, que fez um breve relato sobre os processos de homologação de veículos. Segundo o representante, o ano de 2013 foi relativamente tranquilo, com aproximadamente 650 processos protocolados até o momento, devendo-se encerrar o ano com cerca de 800 processos.

Ainda no mesmo assunto, referente ao processo de homologação de veículos, o representante do IBAMA, Paulo de Macedo, relatou que apesar de algumas dificuldades operacionais, os processos de homologação no IBAMA ocorreram com normalidade.

A reunião então prosseguiu com o informe do MME, cujo representante, Luiz Carlos Lisboa Theodoro, relatou o andamento das reuniões da Sala de Situação, criada pelo MME para monitorar o mercado de combustíveis e do ARLA 32. Foi destacado que a última reunião foi diferenciada por discutir não só a distribuição do diesel, mas também a da gasolina. Segundo ele, os resultados foram satisfatórios e que existe uma expectativa de ultrapassagem dos valores previstos referentes à disponibilização do combustível diesel S10. O representante do MME também informou que existiram alguns casos pontuais de adulteração do ARLA 32, e que, em relação ao diesel S10 houve casos de motoristas solicitarem esse tipo de diesel para a utilização em veículos antigos.

Quanto ao ARLA 32, o representante da CNI, Henry Joseph Junior, questionou o andamento da solicitação feita para a CETESB de reavaliar as exigências quanto ao armazenamento do ARLA 32 em postos revendedores. O representante do IBAMA, Paulo Macedo, complementou a questão indicando que a exigência da CETESB não devesse ser seguida pelos demais estados, porque a maioria dos postos que comercializam o ARLA 32 está localizada nas estradas e não em grandes centros urbanos. Ainda a respeito do ARLA 32, o representante da CNI sugeriu que a distribuição do produto fosse feita como na Europa, por sistema de pallets e distribuição a granel.

Em seguida, a representante titular da ANP, Rosângela Moreira de Araújo, fez algumas considerações sobre a situação da transição para o diesel S10, afirmou que vem ocorrendo conforme planejado, não havendo situações de desabastecimento, que a qualidade tem se mantido estável e que tem sido encontrados altos índices de conformidade nas fiscalizações realizadas. Sobre a transição para a gasolina S50, fez a previsão de que deve ser ainda menos complexa, devido ao fato de que a transição abrangerá toda a gasolina comercializada no país.

Ainda trouxe informações a respeito da Resolução ANP nº 40 de 25 de outubro de 2013, que regula as especificações da gasolina de uso automotivo, adiando a exigência de aditivação da totalidade da gasolina comercializada para o ano de 2015, devido à necessidade de análises técnicas dos aditivos com relação à formação de depósitos nos motores. Então, o representante suplente da ANP, Jackson da Silva Albuquerque, fez uma breve apresentação sobre o histórico da evolução na qualidade da gasolina e comentou sobre as especificações da nova gasolina, que já apresentam melhor capacidade de redução na formação de depósitos.

O próximo informe foi dado pelo representante da ANFAVEA, Henry Joseph Junior, que fez uma explicação sobre o Programa Inovar Auto. Foram apresentados os objetivos do programa, seus motivos e suas regras. Foi informado que o governo brasileiro adotou o programa com os seguintes objetivos: induzir o investimento em P&D, capacitação tecnológica e produtos para exportação, induzir os importadores de veículos a produzir localmente e proteger a indústria nacional de auto-peças. Durante a apresentação, foi ressaltado que os participantes do programa precisam atender a metas de eficiência energética mínimas estabelecidas, que variam com a média da massa dos veículos, o consumo de combustível e a quantidade de venda dos mesmos, para cada montadora. Informou ainda que as montadoras podem receber descontos maiores no IPI caso aumentem a eficiência energética global de seus veículos acima do mínimo exigido. Por fim, foi apresentado o cronograma do programa e destacado que em outubro de 2017 as empresas participantes deverão apresentar um relatório do que foi vendido no período para que seja feita a avaliação da meta obrigatória. O representante fez então algumas considerações finais sobre o programa, informando que o mesmo promoveu uma tendência dos fabricantes a acrescentarem veículos de maior eficiência energética em sua linha, para que sejam favorecidos em relação as suas tributações obrigatórias. Outra informação importante foi de que todos os fabricantes no país aderiram ao programa.

O último informe foi feito pelo representante da ABRACICLO, Paulo Yusaka Fujikawa, que fez uma apresentação sobre as perspectivas do mercado em relação à comercialização de motocicletas. Segundo informado, houve um decréscimo na produção em 2013, motivado principalmente devido à dificuldade de crédito. Foi destacado que em 2014 entra em vigor a fase 4 do PROMOT. Essa fase tem como uma de suas principais mudanças, a alteração do ciclo de ensaio para WMTC, que traz uma condição mais realista para a homologação, além de limites de emissões ainda mais rigorosos.

O próximo item da pauta foi sobre a elaboração do Inventário de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários. Foi discutida a necessidade de se realizar uma reunião para a finalização do Inventário, uma vez que foram apresentados recentemente pela CETESB novas curvas de intensidade de uso. Ficou acordado que seria agendada uma video

conferência de modo a possibilitar a contribuição de todos os integrantes do grupo.

Na sequência, foram discutidos os indicadores de desempenho para a avaliação da eficácia do PROCONVE.

Em relação ao Indicador de Qualidade de Combustível, o representante da ANP, Jackson da Silva Albuquerque, fez uma explicação sobre a metodologia sugerida para esse indicador, baseada no teor de enxofre do diesel. A metodologia empregada foi a análise da média do teor de enxofre encontrado em cada tipologia de combustível (S10, S50, S500 e S1800) de todas as refinarias. Além disso, foi informado que se pretende futuramente ponderar os dados com os volumes comercializados por cada refinaria, além de incluir dados sobre a importação de combustíveis.

Quanto ao Indicador de Conscientização da População, o representante do IBAMA, Paulo Macedo, salientou que a proposta inicial de se utilizar o número de acessos à página eletrônica com informações sobre a Nota Verde não seria um bom indicador por não ter uma forma de controle desse mecanismo pelo governo. Após longa discussão sobre esse tema, foi acordada a utilização de apenas dois indicadores nessa etapa inicial (redução de emissões e qualidade de combustível) e que, futuramente este e outros indicadores devem ser melhor discutidos e aprimorados.

Em relação ao próximo item da pauta, referente às perspectivas de formulação da Fase P8 no Brasil, após discussão, foi acordado que ainda não há necessidade de se avaliar as condições de implantação dessa fase no Brasil. Um dos motivos apontados por essa decisão foi a de que ainda está ocorrendo uma série de mudanças no cenário brasileiro quanto à melhoria de combustíveis e ao avanço tecnológico, além da recente entrada em vigor da fase P7.

Na sequência, foi informado que o Relatório de Atividades referente ao ano de 2013 já foi iniciado, e que foram feitas algumas modificações em seu conteúdo. Nesse novo formato de relatório será necessário o envio de contribuições dos representantes da ANP, ANFAVEA e do IBAMA. Ficou acordado que a minuta do Relatório seria enviada por e-mail, e que as contribuições deveriam ser encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente até o dia 10/12/2013.

Por fim, foi aprovado o seguinte calendário de reuniões para o ano de 2014: 30/4/2014 e 24/9/2014.

A reunião foi então finalizada pela Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental, que agradeceu novamente a presença de todos.

### **Encaminhamentos**

1. O MMA deverá encaminhar aos representantes da ANP, ANFAVEA e IBAMA uma minuta do Relatório de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE, até o dia 8/11/13.

2. As contribuições da ANP, ANFAVEA e IBAMA para o Relatório deverão ser enviadas ao MMA até o dia 10/12/13.

3. O MMA deverá verificar a situação da representação da ANAMMA e do Ministério da Saúde na CAP, encaminhando, se necessário, ofícios solicitando a indicação de novos representantes.

Brasília, 6 de novembro de 2013

Lúcia Fernanda Alves Garcia

Secretária

Rudolf de Noronha

Coordenador

## **ANEXO I**

### **Lista de representantes presentes a 7ª RO**

	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
1.	Rudolf de Noronha	Ministério do Meio Ambiente
2.	Letícia Reis de Carvalho	Ministério do Meio Ambiente
3.	Luiz Carlos Lisboa Theodoro	Ministério de Minas e Energia
4.	Paulo César Macedo	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
5.	Rosângela Moreira de Araújo	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
6.	Jackson da Silva Albuquerque	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
7.	Alexsander Barros Silveira	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA
8.	Henry Joseph Junior	Confederação Nacional da Indústria - CNI
9.	Vanderlei Borsari	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
10.	Ademilson Josemar Zamboni	Comissão Permanente do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA

### **Lista de participantes**

	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
1.	Rui de Abrantes	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
2.	Sérgio Oliveira	Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - ABRACICLO
3.	Paulo Yusaka Fujikawa	Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - ABRACICLO
4.	Luiz Gustavo Haisi Mandalho	Ministério do Meio Ambiente
5.	Lúcia Fernanda Alves Garcia	Ministério do Meio Ambiente
6.	Márcia Aparecida Demby	Ministério do Meio Ambiente